

ARQUIPÉLAGO

Filosófico

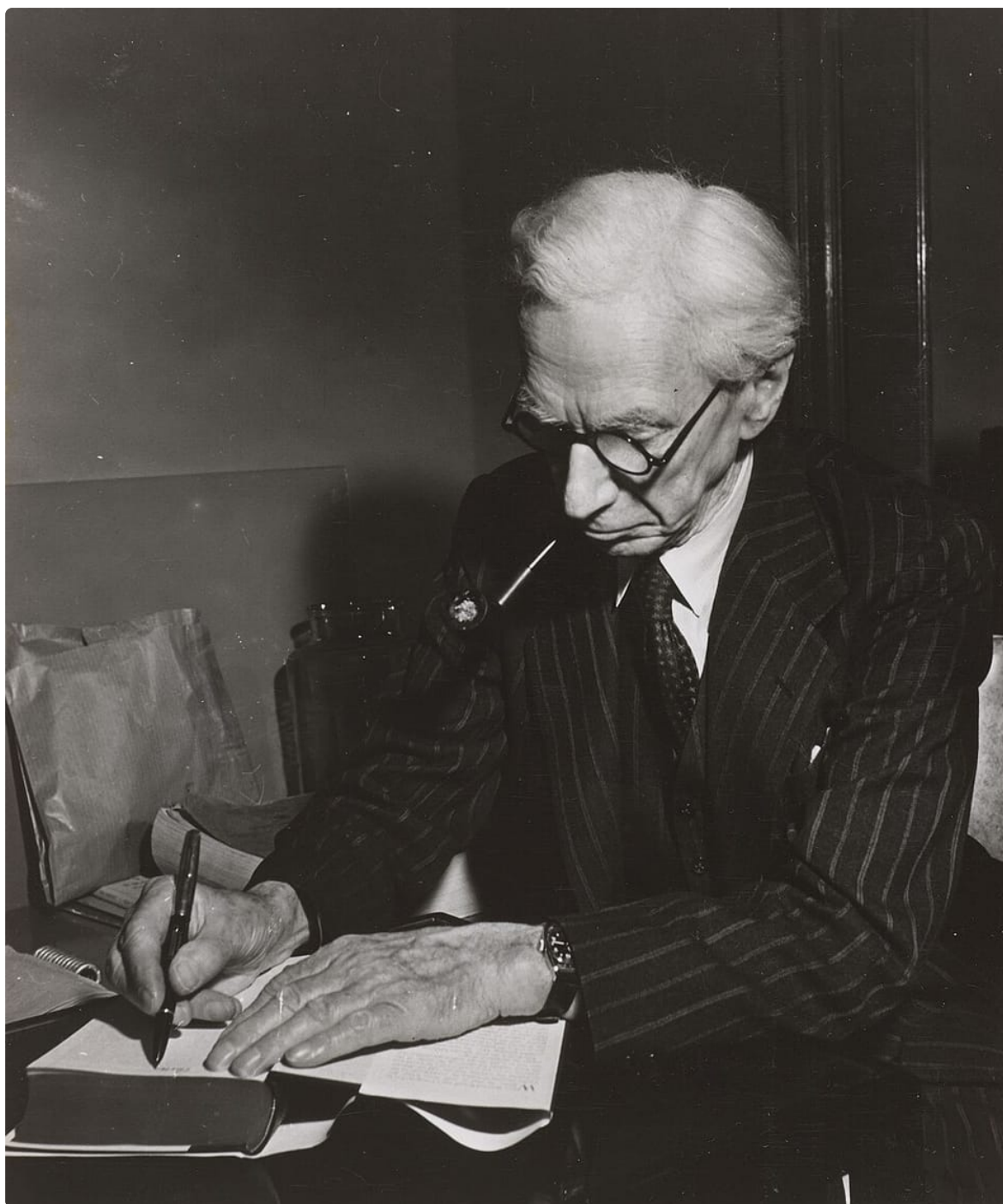
EPISTEMOLOGIA

Bertrand Russell, Conhecimento por ‘experiência direta’ e conhecimento por descrição



Arquipélago

11 Mar 2026 — 15 min read



Russell, 1950 / Domínio público

Este texto clássico de Russell constitui o capítulo 5 de seu livro de introdução à filosofia, *The problems of philosophy* (1912) e baseia-se no texto publicado em 1910 nos *Proceedings of the Aristotelian Society*. Trata-se de um escrito fundamental da epistemologia e da filosofia da linguagem contemporânea, que vem sendo lido e relido por todas as gerações de filósofos e estudantes de

filosofia desde o seu primeiro aparecimento. A tradução aqui publicada deve-se a Jaimir Conte (UFSC), a quem agradecemos a gentileza de nos tê-la cedido graciosamente. A tradução integral do livro de Russell pode ser encontrada no site de [Jaimir Comte](#) e na editora da UFSC.

Conhecimento por ‘experiência direta’ e conhecimento por descrição

Bertrand Russell

No capítulo anterior, vimos que há dois tipos de conhecimento: conhecimento de coisas e conhecimento de verdades. Neste capítulo, vamos nos concentrar exclusivamente no conhecimento de coisas, do qual, por sua vez, teremos de distinguir dois tipos. O conhecimento de coisas, quando é do tipo que chamamos de conhecimento por ‘*experiência direta*’, é essencialmente mais simples do que qualquer conhecimento de verdades e logicamente independente do conhecimento de verdades, embora seja precipitado supor que seres humanos, de fato, tenham ‘experiência direta’ de coisas sem ao mesmo tempo conhecer alguma verdade sobre elas. O conhecimento de coisas por *descrição*, ao contrário, sempre envolve, como veremos no decorrer deste capítulo, algum conhecimento de verdades como sua fonte e seu fundamento. Mas, antes de tudo, devemos deixar claro o que queremos dizer com “experiência direta” e o que queremos dizer com “descrição”.

Diremos que temos *experiência direta* de qualquer coisa da qual temos ciência direta, sem a mediação de qualquer processo de inferência ou qualquer conhecimento de verdades. Assim, na presença de minha mesa, tenho

‘experiência direta’ dos dados dos sentidos que constituem a aparência de minha mesa – sua cor, forma, dureza, lisura, etc.; todas essas são coisas das quais estou imediatamente consciente quando estou vendo e tocando minha mesa. A tonalidade específica da cor que estou vendo pode ser descrita de diversas maneiras – posso dizer que ela é de cor castanha, que é bastante escura, e assim por diante. Mas tais afirmações, embora me façam saber verdades *sobre* a cor, não me fazem conhecer a própria cor melhor do que antes, no que diz respeito ao conhecimento da própria cor, em oposição ao conhecimento de verdades sobre ela. Conheço a cor perfeitamente e completamente quando a vejo, e nenhum conhecimento adicional sobre ela é sequer teoricamente possível. Assim, os dados dos sentidos que constituem a aparência de minha mesa são coisas das quais tenho ‘experiência direta’, coisas imediatamente conhecidas por mim tal como elas são.

Meu conhecimento da mesa como um objeto físico, ao contrário, não é um conhecimento direto. Tal como é, é obtido através da ‘experiência direta’ com os dados dos sentidos que constituem a aparência da mesa. Vimos que é possível, sem absurdo, duvidar se existe uma mesa, enquanto não é possível duvidar dos dados dos sentidos. Meu conhecimento da mesa é do tipo que chamaremos de “conhecimento por descrição”. A mesa é “o objeto físico que causa tais e tais dados dos sentidos”. Isso *descreve* a mesa por meio dos dados dos sentidos. Para saber algo sobre a mesa, devemos conhecer verdades que a conectem com as coisas com as quais temos ‘experiência direta’: devemos saber que “tais e tais dados dos sentidos são causados por um objeto físico”. Não há nenhum estado mental no qual estejamos diretamente cientes da mesa; todo nosso conhecimento sobre a mesa é, na verdade, um conhecimento de *verdades*, e a coisa efetiva que a mesa é, não é, estritamente falando, conhecida por nós. Conhecemos uma descrição e sabemos que há exatamente um objeto ao qual esta descrição se aplica, embora o objeto em si não nos seja

diretamente conhecido. Nesse caso, dizemos que nosso conhecimento do objeto é um conhecimento por descrição.

Todo nosso conhecimento, tanto o conhecimento de coisas quanto o conhecimento de verdades, baseia-se na ‘experiência direta’ como seu fundamento. É, portanto, importante considerar que tipos de coisas existem das quais temos ‘experiência direta’.

Os dados dos sentidos, como já vimos, estão entre as coisas das quais temos ‘experiência direta’; na verdade, eles fornecem o exemplo mais óbvio e notável de conhecimento por ‘experiência direta’. Mas se fossem o único exemplo, nosso conhecimento seria muito mais restrito do que é. Deveríamos conhecer apenas o que está agora presente aos nossos sentidos: não poderíamos conhecer nada sobre o passado – nem mesmo que houve um passado – nem poderíamos conhecer quaisquer verdades sobre nossos dados dos sentidos, pois todo conhecimento de verdades, como mostraremos, exige ‘experiência direta’ com coisas que são de caráter essencialmente diferente dos dados dos sentidos, coisas que às vezes são chamadas de “ideias abstratas”, mas que chamaremos de “universais”. Temos, portanto, que considerar a ‘experiência direta’ com outras coisas além dos dados dos sentidos se quisermos obter uma análise razoavelmente adequada de nosso conhecimento.

A primeira ampliação para além dos dados dos sentidos a ser considerada é a ‘experiência direta’ por meio da *memória*. É óbvio que frequentemente lembramos do que vimos ou ouvimos ou de algum outro modo esteve presente aos nossos sentidos, e que, nesses casos, ainda estamos imediatamente cientes do que lembramos, apesar do fato de aparecer como passado e não como presente. Esse conhecimento imediato pela memória é a fonte de todo nosso conhecimento sobre o passado: sem ele, não poderia haver conhecimento do

passado por inferência, pois nunca saberíamos que existiu algo no passado a ser inferido.

A próxima ampliação a ser considerada é a ‘experiência direta’ por meio da *introspecção*. Não estamos apenas cientes de coisas, mas muitas vezes temos ciência de estarmos cientes delas. Quando vejo o sol, muitas vezes tenho ciência de que vejo o sol; assim “meu ato de ver o sol” é um objeto do qual tenho ‘experiência direta’. Quando desejo comida, posso estar ciente de meu desejo por comida; assim, “meu desejo por comida” é um objeto com o qual tenho ‘experiência direta’. De maneira similar, podemos estar cientes de nosso sentimento de prazer ou de dor, e em geral dos eventos que acontecem em nossas mentes. Esse tipo de ‘experiência direta’, que pode ser chamado de autoconsciência, é a fonte de todo nosso conhecimento das coisas mentais. É óbvio que apenas o que ocorre em nossas próprias mentes pode ser assim conhecido imediatamente. O que ocorre nas mentes de outros é conhecido por nós através de nossa percepção de seus corpos, isto é, através dos nossos dados dos sentidos que estão associados aos seus corpos. Mas, não fosse a nossa ‘experiência direta’ com o conteúdo de nossas próprias mentes, seríamos incapazes de imaginar as mentes dos outros, e, portanto, jamais poderíamos chegar ao conhecimento de que eles têm mentes. Parece natural supor que a autoconsciência é uma das coisas que distinguem os homens dos animais: os animais, podemos supor, embora tenham ‘experiência direta’ com dados dos sentidos, nunca se tornam cientes dessa ‘experiência direta’. Não quero dizer que eles *duvidam* de sua existência, mas que nunca se tornaram conscientes do fato de que eles têm sensações e sentimentos, nem, portanto, do fato de que eles, os sujeitos de suas sensações e sentimentos, existem.

Falamos da ‘experiência direta’ com os conteúdos de nossas mentes como *autoconsciência*, mas não se trata, evidentemente, da consciência de nosso *eu*:

trata-se da consciência de pensamentos e sentimentos particulares. A questão de saber se também temos ‘experiência direta’ com o nosso eu puro, em oposição a nossos pensamentos e sentimentos particulares, é uma questão muito difícil, sobre a qual seria temerário falar de modo positivo. Quando tentamos olhar para dentro de nós mesmos, sempre nos deparamos com algum pensamento ou sentimento particular, e não com o “eu” que tem o pensamento ou sentimento. No entanto, há algumas razões para pensar que temos ‘experiência direta’ do “eu”, embora essa ‘experiência direta’ seja difícil de separar de outras coisas. Para deixar claro que tipo de razão existe, consideremos por um momento o que nossa ‘experiência direta’ com pensamentos particulares realmente envolve.

Quando tenho ‘experiência direta’ do “meu ato de ver o sol”, parece claro que tenho ‘experiência direta’ de duas coisas diferentes, uma em relação à outra. Por um lado, há o dado dos sentidos que me representa o sol, por outro lado, há aquilo que vê esse dado dos sentidos. Toda ‘experiência direta’, tal como a minha ‘experiência direta’ do dado do sentido que representa o sol, parece claramente uma relação entre a pessoa que tem a ‘experiência direta’ e o objeto com o qual a pessoa tem ‘experiência direta’. Quando um caso de ‘experiência direta’ é um caso com qual posso ter ‘experiência direta’ (como tenho ‘experiência direta’ com minha ‘experiência direta’ do dado dos sentidos que representa o sol) é claro que a pessoa que ‘conheço diretamente’ sou eu mesmo. Assim, quando tenho ‘experiência direta’ do meu ato de ver o do sol, todo o fato do qual tenho ‘experiência direta’ é “Eu- experiencia direta-dado do sentido”.

Além disso, conhecemos a verdade: “tenho ‘experiência direta’ desse dado do sentido”. É difícil ver como poderíamos conhecer esta verdade, ou mesmo entender o que ela significa, a não ser que tivéssemos ‘experiência direta’ de

algo que chamamos “eu”. Não parece necessário supor que temos uma ‘experiência direta’ de uma pessoa mais ou menos permanente, a mesma hoje como ontem, mas parece que devemos ter ‘experiência direta’ daquela coisa, seja qual for sua natureza, que vê o sol e tem ‘experiência direta’ de dados dos sentidos. Assim, em algum sentido, parece que devemos ter ‘experiência direta’ de nossos “eus” em contraste com nossas experiências particulares. Mas a questão é difícil, e argumentos complicados podem ser apresentados de ambos os lados. Portanto, embora a ‘experiência direta’ de nós mesmos pareça *provavelmente* ocorrer, não é sensato afirmar que indubitavelmente ocorre.

Podemos, portanto, resumir da seguinte forma o que foi dito sobre a ‘experiência direta’ de coisas que existem. Temos ‘experiência direta’, na sensação, dos dados dos sentidos externos e, na introspecção, dos dados do que se pode chamar de sentido interno – pensamentos, sentimentos, desejos, etc.; temos ‘experiência direta’, na memória, de coisas que foram dados dos sentidos externos ou do sentido interno. Além disso, é provável, embora não certo, que temos ‘experiência direta’ do Eu, como aquilo que está ciente das coisas ou tem desejos em relação a elas.

Além da nossa ‘experiência direta’ de coisas particulares existentes, também temos ‘experiência direta’ do que chamaremos de *universais*, ou seja, ideias gerais como *brancura*, *diversidade*, *fraternidade*, e assim por diante. Toda frase completa deve conter pelo menos uma palavra que represente um universal, pois todos os verbos têm um significado que é universal. Retornaremos aos universais mais adiante, no Capítulo 9 [*Sobre o nosso conhecimento dos universais*]; por enquanto, é apenas necessário precaver-se contra a suposição de que tudo aquilo do qual podemos ter ‘experiência direta’ deve ser algo particular e existente. A consciência de universais é chamada de *conceber*, e um universal do qual estamos cientes é chamado de *conceito*.

Veremos que entre os objetos dos quais temos ‘experiência direta’ não são incluídos os objetos físicos (em contraste com os dados dos sentidos), nem as mentes de outras pessoas. Essas coisas são conhecidas por nós pelo que chamo de “conhecimento por descrição”, que devemos agora considerar.

Por “descrição” quero dizer qualquer frase da forma “um tal e tal” ou “ou o tal e tal”. Chamarei de descrição “ambígua” uma frase da forma “um tal e tal”; chamarei de descrição “definida” uma frase da forma “o tal e tal” (no singular). Assim, “um homem” é uma descrição ambígua, e “o homem da máscara de ferro” é uma descrição definida. Há vários problemas relacionados às descrições ambíguas, mas eu os deixarei de lado, pois não dizem respeito diretamente ao assunto que estamos discutindo, que é a natureza de nosso conhecimento sobre objetos em casos em que sabemos que há um objeto correspondendo a uma descrição definida, embora não tenhamos ‘experiência direta’ de tal objeto. Este é um assunto que diz respeito exclusivamente às descrições *definidas*. Portanto, a seguir, falarei simplesmente de “descrições” quando me referir a “descrições definidas”. Assim, uma descrição significará qualquer frase da forma “o tal e tal” no singular.

Diremos que um objeto é “conhecido por descrição” quando sabemos que ele é “o tal e tal”, *i.e.* quando sabemos que há um objeto, e nenhum outro, que tem uma determinada propriedade; e em geral está implícito que não temos conhecimento do mesmo objeto por ‘experiência direta’. Sabemos que o homem da máscara de ferro existiu, e conhecemos muitas proposições a seu respeito; mas não sabemos quem ele era. Sabemos que o candidato que obtiver mais votos será eleito, e neste caso é muito provável que também tenhamos um ‘conhecimento direto’ (no único sentido em que se pode ter ‘conhecimento direto’ de outra pessoa) do homem que é, de fato, o candidato que obterá mais votos; mas não sabemos qual dos candidatos ele é, *i.e.* não conhecemos

nenhuma proposição da forma “A é o candidato que obterá mais votos”, onde A é o nome de um dos candidatos. Diremos que temos “conhecimento meramente descritivo” do tal e tal quando, embora saibamos que o tal e tal existe, e embora possamos ter ‘experiência direta’ do objeto que é, de fato, o tal e tal, ainda não conhecemos nenhuma proposição da forma “a é o tal e tal”, onde a é algo do qual temos ‘conhecimento direto’.

Quando dizemos “o tal e tal existe”, queremos dizer que há exatamente um objeto que é o tal e tal. A proposição “a é o tal e tal” significa que a tem a propriedade tal e tal, e que nada mais a tem. “O Sr. A é o candidato unionista por este distrito eleitoral” significa “O Sr. A, e ninguém mais, é um candidato unionista por este distrito eleitoral”. “O candidato unionista por este distrito eleitoral existe” significa que “alguém é um candidato unionista por este distrito eleitoral, e ninguém mais é”. Assim, quando ‘conhecemos diretamente’ um objeto que é o tal e tal, sabemos que o tal e tal existe; mas podemos saber que o tal e tal existe mesmo quando não ‘conhecemos diretamente nenhum objeto que sabemos ser o tal e tal, e mesmo quando não ‘conhecemos diretamente’ nenhum objeto que, de fato, é o tal e tal.

Palavras comuns, e até mesmo os nomes próprios, geralmente são, na realidade, descrições. Ou seja, o pensamento na mente de uma pessoa que usa um nome próprio corretamente geralmente só pode ser expresso explicitamente se substituirmos o nome próprio por uma descrição. Além disso, a descrição necessária para expressar o pensamento variará de pessoas para pessoa, ou para a mesma pessoa em tempos diferentes. A única coisa constante (desde que o nome seja empregado corretamente) é o objeto ao qual o nome se aplica. Mas, enquanto isso permanecer constante, a descrição particular envolvida geralmente não distingue a verdade ou falsidade da proposição na qual o nome aparece.

Vejamos alguns exemplos. Suponha que se faça alguma afirmação sobre Bismarck. Admitindo que há algo como o ‘conhecimento direto’ de si mesmo, o próprio Bismarck poderia ter empregado seu nome diretamente para designar a pessoa particular da qual tinha ‘conhecimento direto’. Neste caso, se enunciasse um juízo sobre si mesmo, ele mesmo poderia ser um elemento constitutivo do juízo. Aqui o nome próprio tem o uso direto que sempre se pretende que tenha, como simplesmente representando um certo objeto, e não uma descrição do objeto. Mas se uma pessoa que conhecia Bismarck enuncia um juízo sobre ele, o caso é diferente. O que essa pessoa ‘conhecia diretamente’ eram certos dados dos sentidos que ela conectava (corretamente, suponhamos) com o corpo de Bismarck. Seu corpo, como um objeto físico, e ainda mais sua mente, eram apenas conhecidos como o corpo e a mente conectados com esses dados dos sentidos. Isto é, eram conhecidos por descrição. É, naturalmente, em grande medida uma questão de acaso quais características da aparência de um homem se apresentarão à mente de um amigo quando este pensa nele; assim, a descrição que se apresenta realmente na mente do amigo é acidental. O ponto essencial é que ele sabe que as várias descrições se aplicam todas à mesma entidade, apesar de não ter ‘experiência direta’ da entidade em questão.

Quando nós, que não conhecemos Bismarck, fazemos um juízo sobre ele, a descrição em nossas mentes provavelmente será uma massa mais ou menos vaga de conhecimento histórico – muito mais, na maioria dos casos, do que é necessário para identificá-lo. Mas, para fins de ilustração, suponhamos que pensamos nele como “o primeiro chanceler do Império Alemão”. Aqui todas as palavras são abstratas, exceto “alemão”. A palavra “alemão”, por sua vez, terá significados diferentes para pessoas diferentes. Para alguns, evocará viagens à Alemanha, para outros, a forma da Alemanha no mapa, e assim por diante. Mas se quisermos obter uma descrição que sabemos ser aplicável,

seremos obrigados, em algum momento, a fazer referência a um particular do qual temos uma ‘experiência direta’. Essa referência está implícita em qualquer menção ao passado, ao presente e ao futuro (em oposição a datas definidas), ou a locais específicos, ou àquilo que outros nos disseram. Assim, parece que, de uma forma ou de outra, uma descrição que sabemos ser aplicável a um particular deve implicar alguma referência a um particular do qual temos uma ‘experiência direta’, se quisermos que nosso conhecimento sobre a coisa descrita não seja considerado meramente aquilo que se segue *logicamente* da descrição. Por exemplo, “o mais longo dos homens” é uma descrição que envolve apenas universais, a qual deve aplicar-se a algum homem, mas não podemos formular juízos sobre este homem que envolvam conhecimento sobre ele para além do que a descrição nos fornece. Se, no entanto, dissermos: “O primeiro chanceler do Império Alemão foi um diplomata astuto”, só podemos ter certeza da verdade de nosso juízo em virtude de algo do qual temos ‘experiência direta’ – geralmente um testemunho ouvido ou lido. À parte a informação que transmitimos aos outros, à parte o fato relativo ao próprio Bismarck, que confere importância ao nosso juízo, o pensamento que realmente temos contém um ou mais particulares envolvidos, e, fora isso, consiste inteiramente em conceitos.

Todos os nomes de lugares – Londres, Inglaterra, Europa, a Terra, o Sistema Solar – envolvem, da mesma forma, quando usados, descrições que partem de um ou mais particulares dos quais temos uma ‘experiência direta’. Suspeito que até mesmo o Universo, tal como considerado pela metafísica, envolve uma conexão semelhante com particulares. Na lógica, ao contrário, onde não nos ocupamos apenas com o que de fato existe, mas com tudo o que possa ou venha a existir ou ser, não está envolvida nenhuma referência a particulares efetivos.

Parece que, quando fazemos uma afirmação acerca de algo conhecido apenas por descrição, muitas vezes *pretendemos* fazer nossa afirmação não na forma que envolve a descrição, mas sobre a coisa efetiva descrita. Ou seja, quando dizemos algo sobre Bismarck, gostaríamos, se possível, de fazer o juízo que só o próprio Bismarck pode fazer, isto é, o juízo do qual ele mesmo é um elemento. Nisso necessariamente fracassamos, já que o verdadeiro Bismarck nos é desconhecido. Mas sabemos que existe um objeto B, chamado Bismarck, e que B foi um diplomata astuto. Podemos, assim, *descrever* a proposição que gostaríamos de afirmar, isto é: “B foi um diplomata astuto”, onde B é o objeto que Bismarck foi. Se estamos descrevendo Bismarck como “o primeiro Chanceler do Império Alemão”, a proposição que gostaríamos de afirmar pode ser descrita como “a proposição que afirma, sobre o objeto efetivo que foi o primeiro Chanceler do Império Alemão, que este objeto foi um diplomata astuto.” O que nos permite comunicar, apesar das várias descrições que empregamos, é que sabemos que há uma proposição verdadeira sobre o Bismarck efetivo, e que, por mais que variemos a descrição (desde que a descrição seja correta) a proposição descrita é ainda a mesma. Esta proposição, que é descrita e que sabemos ser verdadeira, é o que nos interessa; mas não temos um ‘conhecimento direto’ da própria proposição, e não a conhecemos, embora saibamos que ela é verdadeira.

Ver-se-á que há vários graus de distanciamento do ‘conhecimento direto’ dos particulares: há um Bismarck para as pessoas que o conheceram; um Bismarck para aqueles que só o conhecem através da história; o homem da máscara de ferro; o mais longo dos homens. Estes estão progressivamente mais distantes do ‘conhecimento direto’ dos particulares; o primeiro chega tão perto do ‘conhecimento direto’ quanto é possível em relação à outra pessoa; no segundo, ainda se pode dizer que sabemos “quem foi Bismarck”; no terceiro, não sabemos quem era o homem da máscara de ferro, embora possamos saber

muitas proposições a seu respeito que não são logicamente dedutíveis do fato de ele ter usado uma máscara de ferro; no quarto, finalmente, não sabemos nada além do que é logicamente dedutível da definição desse homem. Existe uma hierarquia semelhante na esfera dos universais. Muitos universais, assim como muitos particulares, são conhecidos por nós apenas por descrição. Mas aqui, como no caso dos particulares, o conhecimento acerca daquilo que é conhecido por descrição é, em última análise, redutível ao conhecimento acerca daquilo que é conhecido por ‘experiência direta’.

O princípio fundamental na análise de proposições que contém descrições é este: *Toda proposição que podemos entender deve ser composta inteiramente de elementos dos quais temos ‘experiência direta’.*

Não tentaremos, neste momento, responder a todas as objeções que podem ser levantadas contra este princípio fundamental. Por enquanto, limitamo-nos a salientar que, de uma forma ou de outra, deve ser possível enfrentar essas objeções, pois é quase inconcebível que possamos fazer um juízo ou entreter uma suposição sem saber sobre o que estamos fazendo o juízo ou a suposição. Se quisermos falar de modo significativo, e não emitir meros ruídos, devemos atribuir *algum* significado às palavras que usamos; e o significado que atribuímos às nossas palavras deve ser algo com o qual temos ‘experiência direta’. Assim, por exemplo, quando fazemos uma afirmação sobre Júlio César, é claro que o próprio Júlio César não nos vem à nossa mente, uma vez que não temos ‘experiência direta’ com ele. Temos em mente alguma *descrição* de Júlio César: “o homem que foi assassinado nos Idos de março”, “o fundador do Império Romano”, ou, talvez, simplesmente, “o homem cujo nome era *Júlio César*”. (Nesta última descrição, *Júlio César* é um som ou imagem da qual temos ‘experiência direta’. Assim, nossa afirmação não significa exatamente o que parece significar, mas significa algo que envolve,

em vez de Júlio César, alguma descrição sua que é composta inteiramente de particulares e universais, dos quais temos ‘experiência direta’.

A principal importância do conhecimento por descrição é que ele nos permite ultrapassar os limites de nossa experiência privada. Apesar de só podermos conhecer verdades que sejam inteiramente compostas por termos que experienciamos por ‘experiência direta’, podemos, ainda assim, ter conhecimento por descrição de coisas que nunca experienciamos. Diante do alcance muito limitado de nossa experiência imediata, este resultado é vital, e enquanto não for compreendido, grande parte de nosso conhecimento permanecerá misterioso e, portanto, duvidoso.

Arquipélago Filosófico, Vol. 2, No. 7 (2026), e-007

ISSN 3086-1136

Leituras adicionais:

Bertrand Russel, *Os problemas da filosofia*. Trad. por Jaimir Conte. Florianópolis: NEL/UFSC, 2025.

Bertrand Russell, *The problems of philosophy*. New York: Henry Holt & Co., 1912.

[[Internet Archive](#)], [[Amzn](#)]

Peter Hylton, *Russell, idealism, and the emergence of analytic philosophy*. Oxford: Clarendon, 1993. [[Internet Archive](#)], [[Amzn](#)]

Artigo: Bertrand Russell, Conhecimento por ‘experiência direta’ e conhecimento por descrição

Autor(es): Bertrand Russell

Data: 11 Mar 2026

Volume: 2

Número: 7

Páginas: e-007

ISSN: 3086-1136

```
@article{bertrand-russell-conhecimento-por-experiencia-direta-e-
conhecimento-por-descricao,
  author = {Bertrand Russell},
  title = {Bertrand Russell, Conhecimento por ‘experiência direta’ e
conhecimento por descrição},
  year = {2026},
  month = {Mar},
  journal = {Arquipélago Filosófico},
  volume = {2},
  number = {7},
  pages = {e-007},
  issn = {3086-1136},
  url = {https://arquipelago.fi/bertrand-russell-conhecimento-por-
experiencia-direta-e-conhecimento-por-descricao/}
}
```